Ata da 59° Assembléia Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dez minutos, em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual *Microsoft Teams*, reuniram-se os membros do Conselho da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela presidente, Sra. Letícia Rolim Vianna.

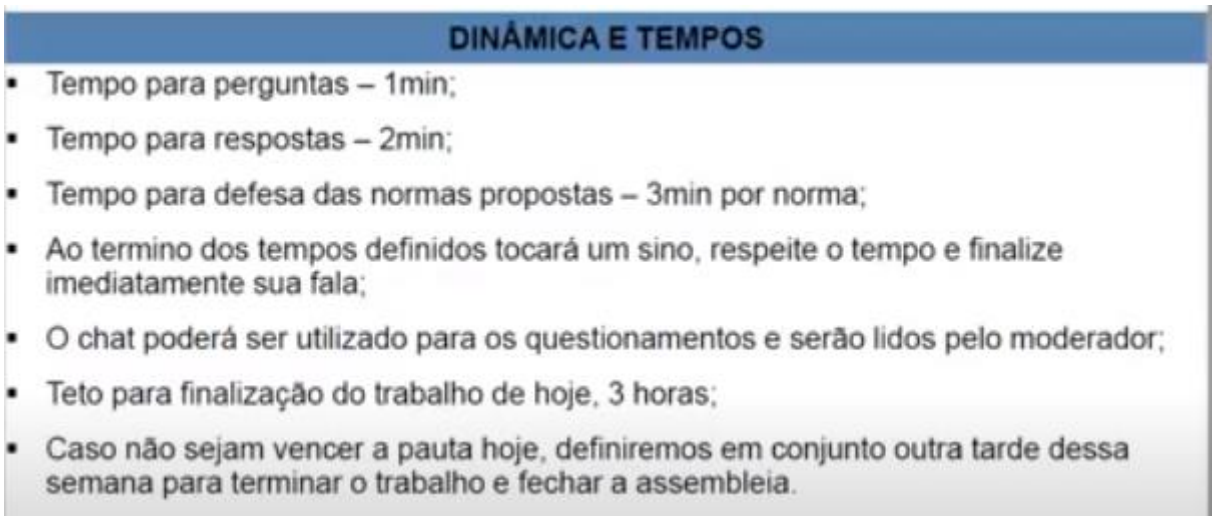
Lista de Presença

Letícia Rolim Vianna	APA do Banhado Grande - SEMA
Priscilla da Silva Kiscporski	Prefeitura de Glorinha
Rafael Sittoni Goelzer	ACIVI - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Viamão
Suélen Andrade Kaltbach	Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha
Paula Paiva Hofmeister	convidada
Roberta Ferreira Soares	FEPAM
Marcelo Camardelli Rosa	FARSUL
Ricardo Aranha	Divisão de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient. - SEMA
Paulo Heerdt Júnior	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Jan Karel Felix Mahler Junior	Divisão de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient. - SEMA
Marthin Zang	Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé - AAFISE
Tiago José Pereira Neto	FIERGS
Teresinha Guerra	UFRGS
Daniela Cardeal	SINDIENERGIA
Gabriel Timm Müller	Depart. Rec. Hídricos e Saneamento - DRHS/SEMA
Valeska Almeida Marquette	Prefeitura de Gravataí
Roberta Teixeira	Promotoria de Justiça do RS
Cecília Nin	APA do Banhado Grande – SEMA
Paola Stumpf	Divisão de Unidades de Conservação - SEMA
Sergio Cardoso	Comitê Gravataí
Claudia Sadovski	FIERGS
Paulo Moreira	convidado
Roberto	convidado
Arnildo Hasper	ACAMPA
Tânia Peixoto	APNVG
José Joaquim Rodrigues	LBV
Priscila Rosa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha – STRSAP
Fúlvia Renan Ferreira Jorge	FIERGS
Laci Schiar	Prefeitura de Viamão

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

Rogerio	Convidado
Lucídio Goelzer	Quinta da Estância
Manoel Valin	Sindicato Rural de Gravataí e Glorinha
Jorge Dutra	Convidado
Eduardo Ubel Oslaj	SEAPDR
Rafael Erling	DUC/SEMA - Moderador
Marino Cestari	Convidado
Mauricio Barcellos	convidado
Alexandre Krob	Instituto Curicaca
Domingos Lopes	FARSUL
Andreas Kindel	Instituto Curicaca
Juliana Pretto	SINDIENERGIA
Vanessa Sperotto	EMATER
Eleandra Kock	convidada
Fernando Justo	FIERGS
Luis Alex Dias Pinto	LBV
Bruna Schroeder	Pref. Viamão
Paulo José Silveira Correa	convidado

Letícia Rolim: Inicia a reunião explicando que a 59° assembleia ordinária que ocorrerá para dar continuidade a validação do plano de manejo da APABG, a mesma permanecerá aberta no decorrer da semana para, caso ocorra necessidade de mais tempo para dar continuidade ao trabalho, haverá a opção de continuarmos em outro dia. Lembra que o objetivo da reunião é apresentar e tirar duvidas da pauta da reunião de validação do plano que ocorrerá na segunda feira dia 14 de junho, prioridade de fala é para os conselheiros que não participaram das reuniões das CTs. Letícia apresenta Rafael Erling, da Divisão de Unidades de Conservação – DUC, que será o moderador das duas assembleias de junho. Letícia apresenta a dinâmica proposta para reunião e solicita deliberação, para que, se todos concordarem, sigam e respeitem o acordo firmado, pois tem bastante material a ser analisado.



CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

Rafael Erling: Inicia a moderação questionando se algum dos participantes tem alguma objeção a dinâmica e aos tempos apresentados pela Letícia. Lembra também que a prioridade será dada aos conselheiros que não integram as câmaras temáticas de elaboração das propostas do plano.

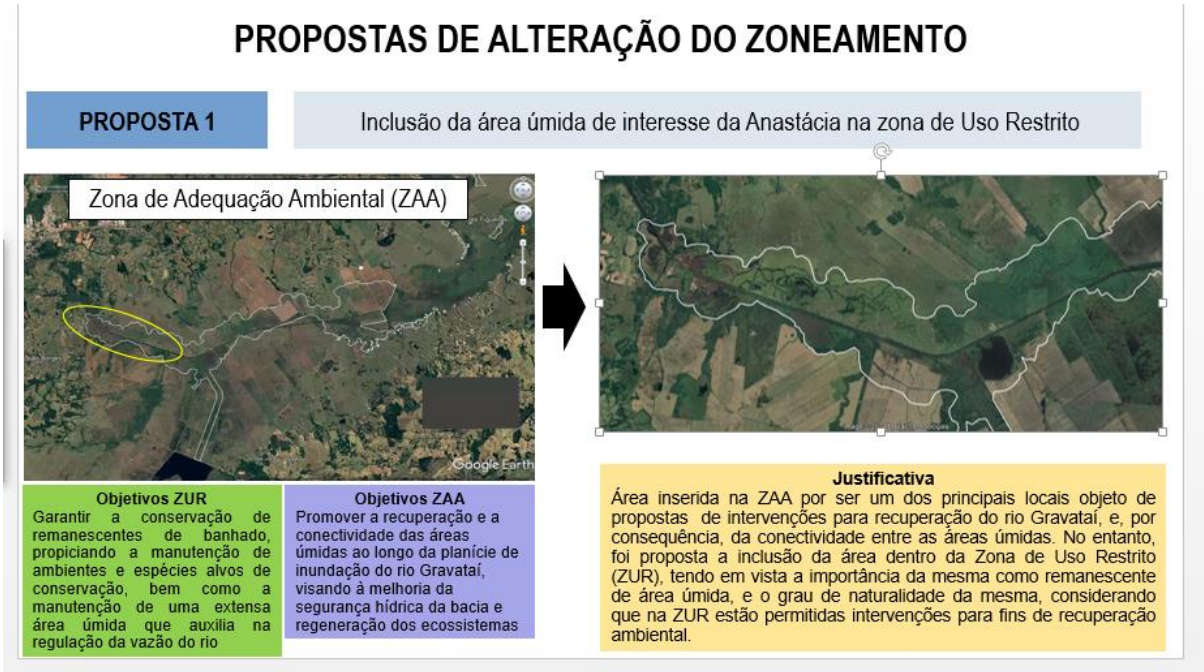
Houve consenso entre todos os conselheiros presentes a respeito da dinâmica, exceto Alexandre Krob, que informa concordar com todos os pontos colocados exceto o de uma nova reunião nessa semana devido ao regimento não permitir o chamamento de uma reunião com um curto espaço de tempo, quanto deixar a assembleia aberta entende dificuldade pelo pouco tempo.

Alexandre Krob: Sugere que caso a reunião não se encerre hoje poderia ser dado continuidade na segunda feira, dia 14/06, que já tem uma reunião convocada.

Paola Stumpf: Apresenta os eixos de planejamento e zoneamento que foram debatidos nas reuniões das câmaras temáticas, alguns pontos definidos e outros necessitam de uma definição. Apresenta a última versão do zoneamento da Banhado Grande consensuada pela CT.

Propostas de alteração do zoneamento

Primeira proposta do Instituto Curicaca: é a inclusão da área da Anastácia, Paola apresenta as justificativas do proponente e abre a palavra para questionamentos ou objeções.



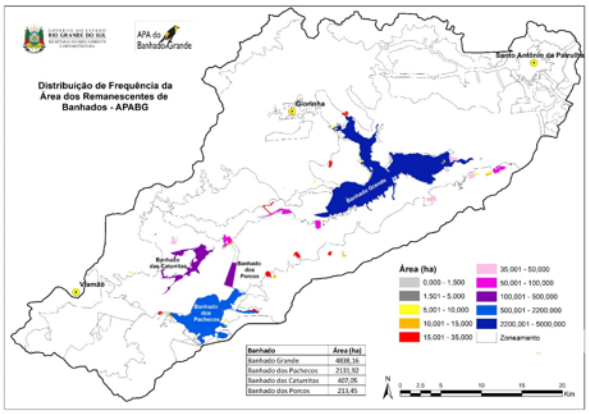
Segunda proposta do Instituto Curicaca: é a inclusão dos remanescentes de banhado acima de 100ha na zona de uso restrito.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO

PROPOSTA 2 — Inclusão dos remanescentes de banhado acima de 100 ha na zona de Uso Restrito

Objetivos ZUR
Garantir a conservação de remanescentes de banhado, propiciando a manutenção de ambientes e espécies alvos de conservação, bem como a manutenção de uma extensa área úmida que auxilia na regulação da vazão do rio



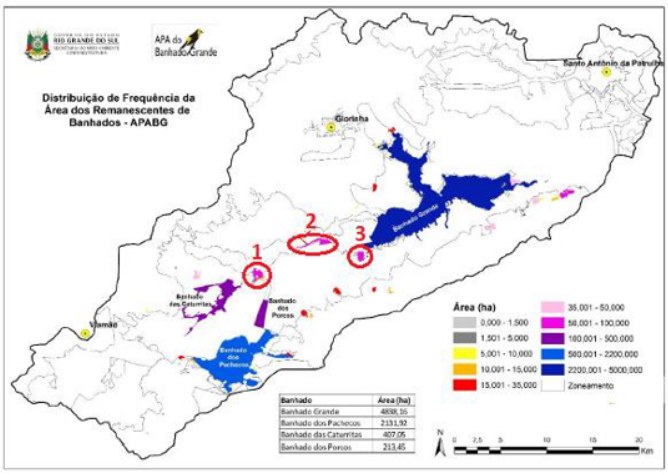
Contextualização Justificativa
Devido à importância desses ambientes no contexto da APABG, e, considerando que pequenas áreas de banhado em conjunto podem atuar como um sistema, pois, por vezes, possuem conexões entre elas, fazendo com que essas áreas mantenham sua qualidade, características, e o nível da água, foi proposta a inclusão de remanescentes de banhado acima de 100 hectares na ZUR. Foi consensuada na CT a inclusão do banhado dos Porcos e banhado das Caturritas na ZUR, ficando pendente a avaliação dos demais fragmentos, tendo como base o mapa apresentado ao lado.

Apresenta os pontos das 3 áreas para inclusão na zona de uso restrito

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO

PROPOSTA 2

Instituto Curicaca
Inclusão, além dos remanescentes de banhado acima de 100ha, mais três remanescentes de banhado apontados na figura ao lado para a Zona de Uso Restrito



Marcelo Rosa: Pergunta se na classificação da área da Anastácia, é considerada área úmida ou banhado. Se sua classificação justifica a inclusão na zona de uso restrito.

Cecília Nin: Essa área da Anastácia era, antes da construção do DNOS, o próprio rio Gravataí com seus meandros característicos, hoje se considera o rio como sendo o curso de água criado pelo DNOS, é na área da Anastácia que estão os meandros do originais do rio Gravataí e é por onde ele voltará a correr devido aos projetos de recuperação do rio que estão em andamento.

Paola Stumpf: O tema está sendo trazido assim para plenária, pois dentro da câmara temática foi discutida a proposta de incluir a área de interesse da Anastácia na zona de uso restrito, lembrando que a Anastácia é um mosaico de ambientes e é isso que iremos decidir na reunião, se é toda área da Anastácia ou é somente uma parte, e qual parte.

Martin Zang: Em relação a inclusão das duas áreas do assentamento como área de uso restrito, gostaria, como representante da associação dos moradores do assentamento, que ficasse registrado que essas inclusões irão gerar uma demanda social, pois essas famílias que serão afetadas perdem a possibilidade

de transformar suas áreas, as que ainda não são, em áreas produtivas. Isso precisa ficar registrado e que essa demanda das famílias envolvidas seja tratada em conjunto com a gestão da APA, SEMA e famílias envolvidas.

Maurício Barcellos: questiona como ficaria a área de lavoura que está ao lado da área 3 proposta pelo Curicaca. Pergunta como fica a área de produção lindeira da área 3, qual o impacto da transformação da área 3 em zona de uso restrito.

Cecília Nin: Não tem problema nenhum ter duas áreas com zoneamentos diferentes uma ao lado da outra.

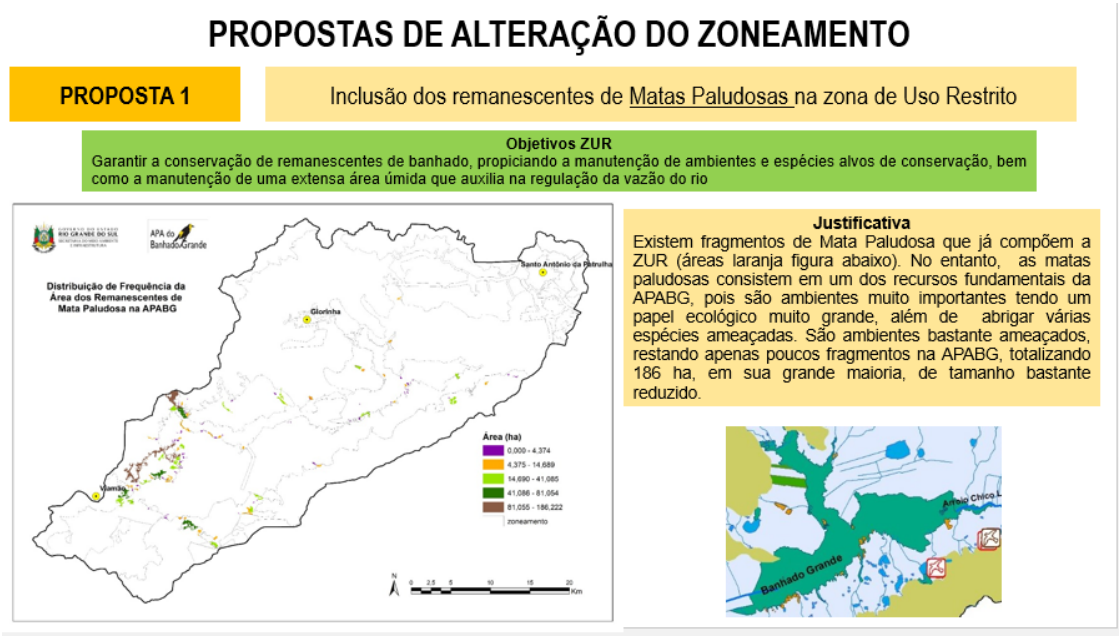
Mauricio Barcelos: Sobre a área 03 identifica a área como sendo uma taipa construída, informa que era campo e que foi feito um açude e uma taipa para represamento de água, não entende porque transformar em área de uso restrito uma área que não era banhado originalmente.

Rafael Erling: fica a contribuição do Maurício para o refino da equipe da SEMA e trazer essa informação para a próxima reunião, volto a lembrar que temos uma pauta bem longa a seguir e gostaríamos de manter o foco.

Tiago Pereira: Pergunta o tamanho das áreas 1, 2 e 3, pois pela observação parecem ser áreas de 50 a 100 ha e no que tinha ficado acordado nas reuniões da CT é que somente áreas acima de 100ha entraria na proposta de área de uso restrito, não entendeu se isso é o que foi discutido na CT ou é uma nova proposta do Curicaca.

Paola Stumpf: Sim, a proposta 2 do Instituto Curicaca é pós CT, como ficou acordado na CT, os conselheiros iriam enviar propostas para serem analisadas, temos diversas propostas de outros conselheiros também. O que tinha ficado acordado na CT é que seriam áreas acima de 100ha para inclusão nas áreas de uso restrito, mas o Curicaca entendeu que essas 3 áreas, que ficam na faixa de 50 a 100 há também deveriam entrar na proposta de inclusão de áreas de uso restrito pela sua naturalidade e relevância. Lembrando que essa reunião é para os conselheiros conhecerem as propostas e já irem se preparando para uma deliberação na próxima reunião.

A propostas de inclusão dos remanescentes de Mata paludosa na zona de uso restrito foi debatida dentro das reuniões da CT.



O Curicaca e a SEMA trouxeram mais algumas sugestões de proposta de inclusão de remanescentes de mata paludosa.

Então para a deliberação a configuração das propostas é: Proposta original discutida na CT ou Proposta 2, construída em conjunto pela SEMA e pelo Curicaca.

Lucídio Goelzer: Pergunta se nas matas paludosas das coxilhas do sudoeste é possível fazer trilha com sistema de conservação completo.

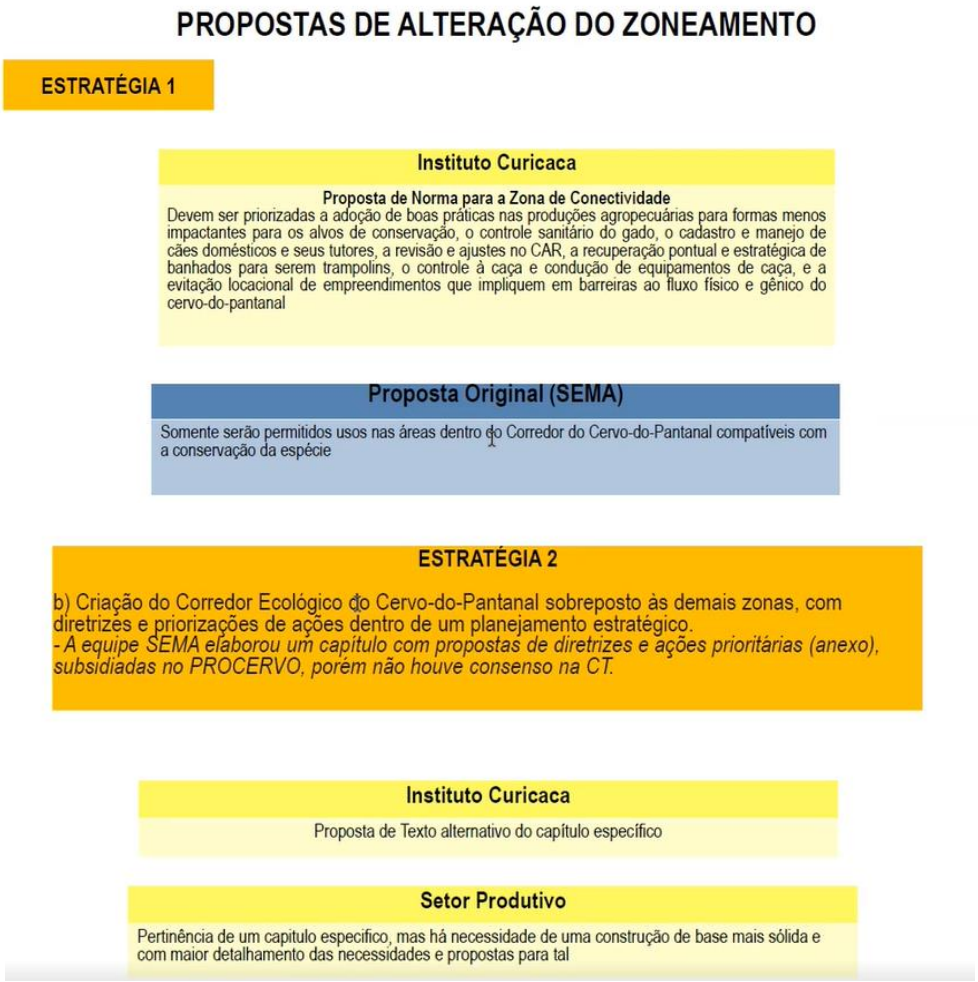
Paola Stumpf: sim, é possível ter atividades dentro da área de mata paludosa desde que não descaracterize a área.

Rafael Erling: Se ninguém tiver mais perguntas a Paola dará seguimento a próxima proposta.

Paola Stumpf: Inicia o bloco do cervo-do-pantanal contextualizando. Dentro dos eixos (eixo 1) de planejamento estavam previstas ações para conservação do cervo que foram embasadas em elementos

técnicos do Pró-Cervo, inclusive o corredor do cervo. Nas discussões da CT foram levantadas 2 estratégias: 1- Trabalhar o cervo na figura de uma zona de conectividade com suas respectivas normas, ou, 2- Aplicar o corredor do Cervo focando em diretrizes, priorizando as ações na conservação dessa espécie.

A equipe técnica entendeu que a melhor estratégia seria a implantação do corredor e elaborou uma proposta para apreciação na CT. A CT não debateu com mais profundidade as diretrizes por falta de tempo, e por isso solicitou que essa pauta fosse deliberada na plenária do conselho.



Claudia Sadovski: O setor produtivo encaminhou as suas justificativas e junto uma proposta para o corredor do Cervo, informa que não recebeu esse material para analisar. Fizeram algumas considerações sobre uma série de divergências na literatura sobre barreiras, alimentações e outros pontos, entendem que deveriam ter mais tempo para discutir sobre a criação dos corredores.

Alexandre Krob: esclarece que o que está havendo é uma tentativa de viabilizar a sobrevivência da espécie através da possibilidade de troca genética entre os indivíduos e os corredores são propostas para compatibilizar a sua preservação e os interesses do setor produtivo.

Paola Stumpf: apresenta um mapa com os corredores pensados dentro da APABG que liga o Refúgio de Vida Silvestre à área do Banhado Grande. Sobre a resposta das propostas encaminhadas pelos conselheiros, não era possível analisar, sistematizar e enviar as considerações, é por esse motivo que está sendo feita essa apresentação hoje, para que todas as entidades conselheiras possam conhecer as propostas e os autores possam justifica-las, e então alinharmos quais propostas serão encaminhadas para deliberação na próxima reunião.

Juliana Pretto: Diz que não foram recebidas as normas da zona de conectividade para fins de apresentar contraproposta. Havia uma referência às normas de conectividade apresentada pelo Curicaca, mas sem todas as normas era apenas uma referência.

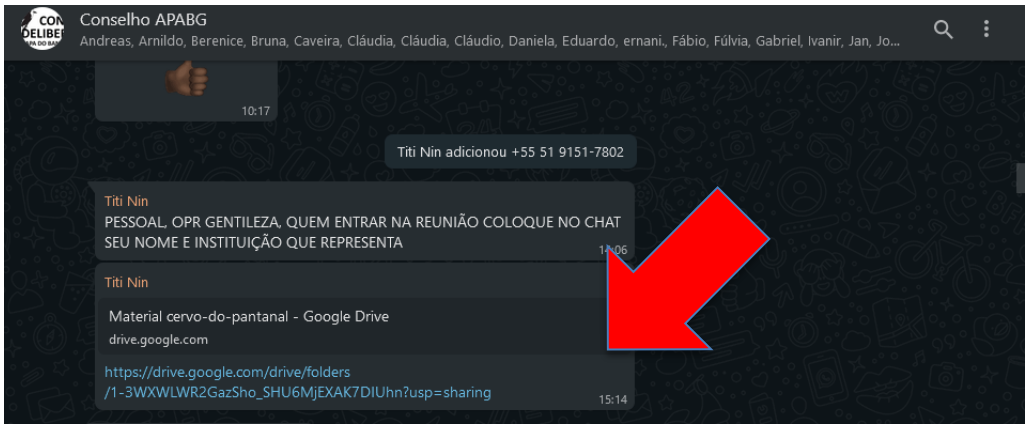
Alexandre Krob: Esclarece que a proposta da zona de conectividade na reunião da CT foi apresentada na forma de uma norma, inclusive foi uma solicitação do coordenador da CT. Ela não foi discutida porque houve o entendimento da possibilidade de construção de um capítulo específico para o corredor. Ela foi apresentada na forma na forma em que está sendo apresentada nesse momento e não sofreu mudança nenhuma. Na forma de capítulo de corredor as normas que estavam na zona de adequação ambiental passaram a compor o capítulo na forma de diretrizes.

Arnildo Hasper: Pediu mais informações a respeito das características do corredor do cervo.

Paola Stumpf: Esclarece que o material foi encaminhado essa semana para os conselheiros, está junto com a proposta do capítulo para o corredor. Além disso, toda a descrição do que são os corredores e suas especificações estão na literatura de referência, que está à disposição dos conselheiros nos DRIVES, pois o desenho do corredor não é uma proposta da SEMA ou desse grupo, isso são propostas que já existem.

Fúlvia Jorge: Diz que não encontrou as referências citadas pela Paola, e as respostas para os questionamentos do Arnildo, gostaríamos muito de saber sobre essas informações até porque são estudos trazidos prontos para dentro do plano.

Paola Stumpf: Encaminharemos novamente, ainda hoje, no grupo do whatsapp. Reforçamos que esses estudos estão no drive e vem sendo conversados e debatidos a um bom tempo.



Cecília Nin: Salienta que esses arquivos de documentos, estudos e diversos materiais estão disponíveis no Google drive, que os conselheiros têm acesso há alguns anos, mas caso alguém tenha dificuldade de acessar pode entrar em contato com a equipe da APA a qualquer tempo, para ajudar a acessar os documentos.

Rafael Erling: Fica registrada a solicitação da Fúlvia para o envio dos documentos, lembrando que a fala é por ordem de inscrição.

Alexandre Krob: Ainda referente aos corredores, eles são frutos de um estudo técnico científico de mais de 3 anos e publicado, por isso está sendo usado como referência, haja vista que se o mesmo não existisse, não seria possível fazê-lo dentro do processo de elaboração do plano de manejo. Referente a questões de definições de medidas, a abordagem corredores ecológicos não trabalha com delimitações definidas, mas com modelos de interações onde os alvos irão transitar e interagir com o ambiente na sua passagem. Posso colocar o Link do estudo no chat da reunião, mas como disse a Cecília esse estudo está e esteve disponível durante todos esses anos no drive.

Claudia Sadovski: Gostaria de ressaltar que as dúvidas que estão sendo colocada aqui são as mesmas encaminhadas pelo setor produtivo e que não tivemos resposta, Sobre os documentos dos estudos

também já tínhamos solicitado dentro das reuniões da CT e não obtivemos resposta, penso que deveria ter formalizado uma solicitação para localizar esses documentos dentro do Drive.

Daniela Cardeal: Nós do SINDIENERGIA somos completamente a favor da conservação do Cervo, mas havíamos entendido que a proposta do corredor havia superado a zona de conectividade e que seria trazido na reunião de hoje a SEMA traria uma proposta final de texto para o corredor. Como outras entidades também estão com dúvidas, gostaria de saber o que é possível fazer.

Rafael Erling: O objetivo é definir qual das duas estratégias será escolhida, após a opção eleita se segue para uma discussão mais aprofundada, essa é a proposta da equipe da SEMA. No momento o objetivo é dirimir dúvidas ao que está sendo apresentado.

Daniela Cardeal: Isso está entendido, porém ainda se sente insegura para votar entre as duas estratégias, já que o tema ainda não está totalmente entendido. Sugere que isso não seja votado agora ou que haja mais informação para entendermos o que são e suas diferenças.

Jorge Dutra: Entende que se aumentar a área de circulação do Cervo, permitindo que ele transite por toda a bacia do Gravataí, pode colocá-los em risco.

Mauricio Barcelos: Tem muitas dúvidas sobre o corredor do cervo, o setor produtivo fica bem apreensivo com essa proposta, pois não está bem claro como operacionalizar.

Alexandre Krob: Entende que os conselheiros que estavam participando das reuniões das CT têm mais propriedade sobre o assunto que os outros conselheiros que estão recebendo pela primeira vez essas informações. Em relação a questão trazida pela Daniela, o Instituto Curicaca deixou bem claro que, uma vez não conseguido discutir plenamente o corredor do cervo do pantanal, essa entidade levaria a proposta de Zona de conectividade com as suas normas apresentadas na segunda reunião da CT, então não há surpresa nenhuma sobre o que está acontecendo e o porquê a zona de conectividade e os corredores estão indo para votação, mas uma sugestão é abrir espaço agora para dirimir essas dúvidas, ou leva para votação as duas opções, vinculadas ao que foi apresentado à época.

Leticia Rolim: sugere que a reunião deve seguir, pois diversas duvidas serão respondidas no decorrer da reunião, quando todas as normas forem avaliadas. Após se volta nessa questão para deliberar.

Cecília Nin: Informa que as propostas de diretrizes estão no capítulo do cervo que foi mandado para os conselheiros, solicita, novamente, que eles leiam e encaminhem as suas dúvidas ou propostas específicas para essas diretrizes para que se possa fazer as adequações necessárias.

Daniela Cardeal: Nós recebemos os materiais, estudamos eles, fizemos nossas anotações e encaminhamos as dúvidas e sugestões, mas acreditávamos que as propostas já estavam superadas, não entendemos foi o que seria discutido hoje, acredito que precisamos conversar mais um pouco sobre o tema e já enviei uma proposta ao Andreas.

Alexandre Krob: Nessa reunião iria se decidir por qual das duas propostas seriam incluídas no plano e depois sim, com tempo discutir a proposta votada no seu detalhamento, se for isso estamos de acordo, pois todos os encaminhamentos tinham um prazo para serem apresentados e o Curicaca trabalhou até as 23:59 de sexta para entregar seus encaminhamentos, mas ficamos na dúvida sobre a fala da Letícia, sevamos abrir para novas manifestações. Isso não ficou claro.

Letícia Rolim: Minha fala foi de seguirmos a reunião e depois voltar nesse ponto para decidir qual dessas duas propostas será a escolhida, e se tiver tempo respondermos algumas questões pontuais, não temos mais prazos para abrir novas rodadas de sugestões, todos tiveram acesso e tempo para sanar suas dúvidas.

Alexandre Krob: sugere que todas as propostas e encaminhamentos recebidos até a sexta-feira seja encaminhadas para todos os conselheiros para que todos tenham conhecimento das propostas de cada um, inclusive os demais poderiam se apropriar das sugestões do Curicaca.

Rafae Erling: propõe que siga a reunião com os outros pontos e sobrando tempo retornamos a esse ponto, não sobrando tempo ou não ficando decidido a equipe da APA encaminha mais informações aos

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

conselheiros e na próxima reunião iniciamos nesse ponto e deliberamos sobre qual das duas propostas seguir. todos de acordo?

Juliana Pretto: Gostaria de saber se será dado um retorno sobre as propostas encaminhadas e se o grupo terá prazo de analisar as propostas encaminhadas pelos outros conselheiros.

Rafael Erling: A proposta da reunião é exatamente essa, apresentar todas essas propostas hoje, mas alguns conselheiros estão com dúvidas sobre qual proposta seguir, e por isso retornaremos a esse ponto no final da reunião ou a equipe da sema irá encaminhar maiores informações, foi isso que decidimos agora.

Juliana Pretto: Acredita ser importante encaminhar as propostas dos outros conselheiros para podermos analisar e refletir sobre essas propostas e apresentar as suas instituições.

Paola Stumpf: Terá um retorno a todos que encaminharam suas propostas e a equipe propõe uma reunião específica do corredor do Cervo do Pantanal entre essa e a reunião de 14/06 para tirar dúvidas sobre as normas e diretrizes propostas de todas as entidades do conselho que tiverem interesse.

Rafael Erling: Podemos deliberar sobre isso no final da reunião.

Cecília Nin: Apresenta as normas gerais algumas definidas em consenso outras serão ajustadas conforme as deliberações de propostas anteriores e algumas das normas gerais foram alinhadas conforme as propostas encaminhadas.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

Nº Norma	NORMAS CONSENSO/SEM CONTRIBUIÇÕES
1	Não é permitido a disposição irregular de resíduos sólidos
2	É proibido aterro santiário de porte excepcional - *CONSEMA que define porte dos aterros*
5	É proibido a extração de turfas
★ 6	NORMA DAS MATAS PALUDOSAS DECIDIDAS ANTERIORMENTE
★ 12	As normas específicas para empreendimentos com estruturas lineares elétricas (Linhas de Transmissão) constam no Item XX – Corredores Preferenciais de Linhas de Transmissão

Pendência de ajuste nos limites do Corredor 2

Cecilia Nin: Sobre a norma 3, a SEMA defende que o conselho da APA se manifeste em caso de instalação de aterros sanitários dentro da APA e o Setor produtivo entende que essa norma deve ser excluída.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 3

Proposta SEMA	Proposta Setor Produtivo
O Conselho Gestor da APABG deverá se manifestar em casos de instalação de aterros sanitários (exceto excepcional que é proibido).	EXCLUSÃO DA NORMA
Sendo a qualidade e quantidade de água um alvo de conservação e de bem-estar social, que dele depende os seus usos múltplos, a instalação de aterros deve ter uma tramitação no Conselho Gestor, com manifestação através de parecer para subsidiar o órgão licenciador. Essa não é uma norma restritiva nem deliberativa, mas ela abre espaço para que o Conselho da UC, respeitando a sua natureza consultiva, possa ser consultado pelo órgão licenciador diante de um empreendimento que tem grande potencial de gerar impactos irreversíveis aos alvos de conservação e seus recursos/valores fundamentais.	

Rafael Erling: Abre para manifestação de defesa do setor produtivo quanto a sua proposta de exclusão da norma 03.

Tiago Pereira: A ideia do setor produtivo é que não tenham normas que já existam em outras legislações para não ocorrer problemas de insegurança jurídica.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 3

Justificativa Setor Produtivo
A legislação, especialmente a Lei Estadual 15.434/2020, já prevê as hipóteses em que deverá ser solicitada autorização do órgão responsável pela administração da UC (caso de atividades de significativo impacto ambiental – art. 52), bem como as hipóteses em que deverá ser dada ciência ao órgão responsável pela administração da UC (quando puder causar impacto direto na UC - 53). Além disso, o Conselho das UCs passou a ter caráter consultivo com a nova lei estadual, e não deliberativo (art. 41). Portanto, tanto a previsão de autorização da APA para quaisquer intervenções quanto à vinculação de tal autorização à manifestação do Conselho Gestor estão contrárias à legislação estadual. Destaca-se que a alteração legislativa que deixou de prever a necessidade de autorização do órgão responsável pela administração da UC em qualquer caso (antes prevista no art. 55, § único, da Lei 11.520/2000, revogada) foi objeto de intensas discussões, visando alinhamento da legislação estadual com a legislação federal. Retomar tal autorização, especialmente em norma infralegal, contraria a decisão legislativa tomada recentemente com a partir das discussões, que culminou na publicação do atual Código Estadual de Meio Ambiente.

Alexandre Krob: Informa que a proposta enviada pelo Curicaca não foi incluída na proposta e encaminha via chat a proposta oficiada dentro da data estipulada.

Rafael Erling: Proposta do Curicaca “Os órgãos de licenciamento ambiental deverão informar mensalmente a gestão da unidade os empreendimentos de porte grande e excepcional para os quais houve pedido de licenciamento no período, devendo os gestores informar o conselho na reunião subsequente para que esse possa decidir para quais quer tecer análise e se manifestar”. Essa é a terceira proposta trazida pelo Curicaca, pergunta se alguém gostaria de se manifestar.

Cecília Nin: Retira a proposta SEMA e deixa a proposta do instituto Curicaca, pois ela contempla a proposta da equipe, então há necessidade de manter 2 propostas com conteúdo muito semelhante

Priscilla Rosa: Questiona se será trocada a proposta de norma anterior que falava apenas de aterro sanitário para uma proposta de norma que fale sobre qualquer licenciamento de grande porte. Manifesta sua defesa sobre um regramento de zoneamento para instalação de aterro sanitário.

Alexandre Krob: Explica que a proposta do Curicaca é que todos os empreendimentos de grande e excepcional porte sejam informados à UC pelo órgão licenciador, mas se os demais conselheiros

entenderem que os de médio porte também tenham essa necessidade podemos incluir na proposta do Curicaca.

Priscila Kiskporski: Entendemos que seja importante essa norma, nós já temos um documento para isso, inclusive para empreendimentos de médio porte em área rural que deve ser encaminhado para SEMA.

Roberta Soares: Pergunta se a proposta do Curicaca se refere a todos os empreendimentos, inclusive as renovações ou somente para os novos.

Alexandre Krob: A proposta é para os novos empreendimentos, mas se os conselheiros entenderem que é importante incluir as renovações o Curicaca apoia.

Priscila Kiskporski: Sugere que a norma seja apenas para os empreendimentos novos e os que mudariam de categoria, não precisando passar pelo conselho todas as renovações.

Cecília Nin: Questiona sobre qual a redação para a proposta de norma juntamente com a proposta de exclusão da norma apresentada pelo setor produtivo. O Alexandre colocou uma nova proposta de norma no chat “Os órgãos de licenciamento ambiental deverão informar mensalmente a gestão da unidade os empreendimentos de porte grande, médio e excepcional para os quais houve pedido de licenciamento no período, devendo os gestores informar o conselho na reunião subsequente para que esse possa decidir para quais quer tecer análise e se manifestar, inclusive para aquelas renovação que aumentem o porte do empreendimento”

Juliana Pretto: Pergunta se para essas novas propostas nós fazemos agora inclusive redação ou fica para próxima reunião.

Rafael Erling: A decisão é dos conselheiros, mas propõe que todas as propostas e ajustes sejam reenviados após a reunião e que se dê um tempo para esclarecimentos. Iniciamos a reunião com propostas fechadas e agora apareceram novos ajustes, mas é o conselho que delibera quanto a forma que será conduzido.

Cecília Nin: Explica que não são novas normas, mas apenas ajustes na redação.

Juliana Pretto: Não concorda e entende que a nova redação sugerida é uma outra proposta que foi enviada na sexta pelo Curicaca e que os demais conselheiros não tiveram conhecimento sobre ela para elaborarem sugestões.

Letícia Rolim: Pergunta se a proposta do setor produtivo não seria a exclusão da norma.

Juliana Pretto: Diz que sim, e que continuará sendo, mas gostaria de propor ajustes na proposta apresentada pelo Curicaca.

Alexandre Krob: Essa proposta não é nova, ela foi encaminhada tempestivamente, em relação dos ajustes é um encaminhamento geral. Pergunta se será debatido aqui na reunião ou se será encaminhado todas as propostas para os conselheiros tomarem ciência antes da próxima reunião e apresentarem suas sugestões de alteração para a votação.

Rafael Erling: Entende a proposição da Juliana e entende que a proposta do Alexandre seja a mais indicada para o momento, todos os conselheiros recebem as propostas apresentadas por todos e deliberam na próxima reunião.

Cecília Nin: Solicita que essas propostas sejam encaminhadas antes para ter tempo de ajustar as considerações necessárias.

Daniela Cardeal: Reforça a importância do compartilhamento das informações enviadas pelos conselheiros o mais breve possível para possibilitar uma análise.

Rafael Erling: Fica acordado então que a equipe da SEMA irá compartilhar todas as propostas que foram enviadas e os conselheiros que acharem pertinente fazem suas contribuições. Dando prosseguimento.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 4

Proposta Original (Equipe SEMA)	Proposta Setor Produtivo
A instalação de quaisquer atividades e obras não devem causar danos/degradação aos alvos de conservação e os recursos fundamentais descritos no plano de manejo	EXCLUSÃO DA NORMA
Quaisquer obras e atividades que degradem ou ofereçam danos aos alvos de conservação e seus recursos fundamentais ferem os objetivos de criação da APA do Banhado Grande. O Plano de Manejo trouxe a caracterização, especificação e priorização daquilo que é fundamental para a APABG, portanto, os órgãos licenciadores e empreendedores devem observar esses aspectos.	

DEGRADAÇÃO/DANO - Fator negativo que comprometa a integridade e manutenção do alvo de conservação e recursos/valores fundamentais.

Cecília Nin: Nessa norma, na parte inferior do slide está uma definição, isso porque alguns conselheiros solicitaram um glossário. O mesmo foi elaborado e o material e encaminhado na CT para ficar mais clara a relação de impacto e dano. Explica que não será qualquer alteração que irá gerar um impacto e um dano nos alvos. Temos duas propostas: a original da SEMA e a proposta do setor produtivo.

Tiago Pereira: O setor produtivo entende que essa norma é muito genérica quando fala de todas as zonas uma vez que foi discutida zona por zona das reuniões da CT.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 4

Justificativa Setor Produtivo

Norma ampla e subjetiva na sua aplicação, tanto para os usuários como para órgãos licenciadores. Já houve, em cada uma das zonas, previsão relacionada às atividades produtivas. Uma norma assim genérica para todas as zonas tende a gerar conflito de interpretação futura em comparação com as normas específicas que tratam da mesma questão.
A adoção do tipo de norma proposta é contrária ao definido no SNUC para unidades de uso sustentável, segundo o qual conclui-se que as atividades devem ser compatibilizadas com a proteção e manutenção dos alvos definidos para APABG. Cabe lembrar que atividades e obras podem ser necessárias até mesmo visando a manutenção de serviços essenciais para os moradores da APABG, e que a característica qualidade de vida desses necessariamente precisa ser levada em conta, visto que a UC possui áreas particulares e que as atividades realizadas podem representar o próprio sustento das famílias.

Priscila Kiskporski: O termo todas as zonas é usado para que não tenha a necessidade de se escrever em cada norma a mesma redação, um exemplo é o alvo de conservação quantidade e qualidade de águas, pois ele está presente em todas as zonas.

Rafael Erling: Sem mais contribuições passamos para a próxima norma.

Cecília Nin: A norma 07 tem três propostas, a da SEMA já é uma proposta alternativa, sofreu modificação em relação a original.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 7

Proposta Alternativa (SEMA)	Proposta Curicaca	Proposta Setor Produtivo
Fica proibido o cultivo de Pinus sp., e os empreendimentos e propriedades rurais que possuem essa espécie em suas áreas devem efetuar a remoção e o controle da dispersão gradativamente ao longo de 10 anos com o objetivo de erradicação.	Fica proibido o cultivo de Pinus sp. e braquiária, e os empreendimentos e propriedades rurais que possuem essa espécie em suas áreas devem efetuar a remoção e o controle da dispersão gradativamente ao longo de 10 anos com o objetivo de erradicação.	Empreendimentos e Proprietários Rurais que possuam em seus imóveis espécies exóticas invasoras deverão efetuar o controle de dispersão da espécie invasora, quando couber, conforme programa de controle, quando da sua aprovação no Conselho gestor
O Pinus sp. é uma exótica invasora de rápida dispersão (invasão biológica), um dos principais responsáveis pela perda de biodiversidade mundial, na APABG esta espécie tem se propagado rapidamente em diversos ambientes como banhados, encostas de morros, matas nativas, causando um impacto na biodiversidade. É imprescindível iniciar ação envolvendo os proprietários das áreas para controle do Pinus sp. com urgencia para evitar degradação dos alvos e recursos.	*Buscamos incluir na proposta da Sema/RS a braquiária, uma espécie exótica invasora que ainda possui interesse de manutenção por parte de alguns proprietários rurais que não têm interesse em investir no controle e recuperação da pastagem natural, e que ao estar na Categoria 2 da teria seu cultivo permissível pelo órgão licenciador para fins de cultivo em condições controladas, mediante autorização específica, sujeitas a Análise de Risco e Plano de Controle Ambiental. A proposta visa retirar a braquiária, juntamente com o Pinnus sp. Dessa possibilidade dentro da APA, ficando desde já proibido o seu cultivo.*	

Letícia Rolim: Relata que já existe a Instrução Normativa SEMA nº14/2014, relativa aos pinus e essa norma apenas contribuiria para a erradicação em 10 anos.

Cecilia Rolim: O Curicaca apresentou outra proposta.

Alexandre Krob: Incluímos as braquiárias porque também são invasoras de grande ocorrência dentro da APA e podem inclusive afetar as áreas úmidas que são zonas de conservação.

Marino Cestari: Entende que as braquiárias são excelentes para controlar as erosões nos campos arenosos e também acredita que os pinus são uma forma de embelezamento das propriedades e não vê nenhum problema em cultivá-los nas propriedades.

Marcelo Rosa: O setor produtivo entende que essas espécies são de interesse econômicos e que podem ter suas produções incluídas nas normas de boas práticas de produção e fazendo seus cultivos com controle de dispersão.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 7

Justificativa Setor Produtivo
A Portaria SEMA nº 79/2013 que Reconhece a Lista de Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Rio Grande do Sul divide em duas categorias as referidas espécies exóticas invasoras, sendo elas: Categoria 1: Refere-se a espécies que têm proibido seu transporte, criação, soltura ou translocação, cultivo, propagação (por qualquer forma de reprodução), comércio, doação ou aquisição intencional sob qualquer forma. Categoria 2 - Refere-se a espécies que podem ser utilizadas em condições controladas, com restrições, sujeitas à regulamentação específica. Como pode-se observar, há a possibilidade de utilização das espécies contidas na categoria 2. Elencadas na categoria 2 estão espécies as espécies de uso comercial como forrageiras (preconizadas por instituições) além daquelas utilizadas para a atividade de silvicultura. Também são utilizadas de forma ornamental em alamedas ou para o conforto térmico aos animais. A proposta do setor produtivo tem o intuito de utilização destas espécies, observando a legislação incidente, promovendo os cuidados com a mesma através de Programas de Boas Práticas e Controle estabelecidos no Eixo 3

Tiago Pereira: Esclarece que a Instrução Normativa 14 da SEMA permite o cultivo comercial de pinus, e como a Leticia citou, o que não é permitido é o uso para outros fins, como o uso para quebra-vento.

Marino Cestari: Para esclarecer o único cultivo que não se tem controle é o Anoni, a braquiária é muito bem contratada.

Letícia Rolim: A IN14/2014 permite o cultivo de pinus licenciado, mas na APA não conhecemos nenhuma área de cultivo de pinus licenciada, então a norma que está sendo proposta para o Plano de Manejo só iria assegurar que nenhuma área seria licenciada para cultivo de pinus, na prática não muda nada.

Priscila Kiskporski: Sabemos que as fazendas produtivas têm esse controle e o fazem muito bem, o problema é que na maioria das propriedades esse controle não é feito e a dispersão do pinus e da braquiária ficam fora de controle.

Alexandre Krob: informa que a proposta do curicaca é bem clara e se embasa em normas técnicas para o controle de espécies que são a 4° maior ameaça global para biodiversidade, e como estamos tratando de uma UC precisamos ter normas bem claras para isso e não devem ser levado em consideração especificidades de propriedades.

Priscila Rosa: Concorda com a norma do pinus, mas as braquiárias são utilizadas por diversos pequenos produtores, e uma vez ensinado a eles os métodos de controle ou substituição, não identificamos problemas no cultivo dessa espécie tendo como foco a longo prazo a substituição por outra forrageira.

Cecilia Nin: Ficamos então com as 3 normas para deliberar na plenária e passamos para a norma 8. A SEMA retirou a sua proposta porque entende que a proposta do Curicaca ficou melhor. Então temos duas propostas para a norma 8: 1 - a proposta do Curicaca, que não impede nada, apenas busca criar um banco de dados sobre essas ações, 2 - a proposta de exclusão dessa norma apresentada pelo setor produtivo. O setor produtivo tem a palavra para defender sua proposta.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 8

Proposta SEMA	Proposta Curicaca	Proposta Setor Produtivo
O setor produtivo deverá prestar informações à gestão da APA do Banhado Grande sobre a aplicação aérea de agrotóxicos através de preenchimento de formulário para compor banco de dados do órgão gestor da UC	As empresas de pulverização agrícola que prestam serviços na APABG, proprietários que possuem aeronaves, ou proprietários e suas representações para esse fim, devem informar aos gestores da UC sobre a aplicação aérea de agrotóxicos através de preenchimento de formulário para compor banco de dados.	EXCLUSÃO DA NORMA
A norma geral a ser seguida com relação a pulverização aérea é a estabelecida pela Instrução Normativa MAPA 02/2002 e a Lei 15.434/2020. A proposta é para que a gestão da APA obtenha informações para fins de compor um banco de dados que servirá para entender a dinâmica da pulverização aérea e manter o controle da informação, uma vez que essa é uma potencial ameaça a seus alvos e recursos.	*Como se trata de uma UC de usos sustentável, onde as atividades produtivas podem acontecer desde que não afetem os alvos de conservação e recursos e valores fundamentais, e uma vez que o uso de agrotóxicos está amplamente difundido e deverá receber propostas de redução por meio do Plano de Boas Práticas e por considerar-se inviável a coleta obrigatória de dados vinda de todos os tipos de proprietários – pequenos, médios, grandes, empresariais ou familiares, a intenção é focar na pulverização aérea devido aos impactos da deriva e riscos de desrespeito às restrições de aplicação em áreas de nascentes. Como os envolvidos são de diversas ordens, por isso a caracterização.*	

Marcelo Rosa: A nossa proposta é no sentido de já ter um local onde esses dados serão disponibilizados a partir de julho, essa informação foi obtida através do ministério da agricultura e do SINDAG e iremos encaminhar para a gestão da APA distribuir entre os conselheiros.

Priscila Rosa: Gostaria pergunta se estão ocorrendo pesquisas sobre a utilização de agrotóxicos dentro da APA, e caso positivo, esses dados coletados ficarão disponíveis para análise posterior.

Cecília Nin: No diagnóstico realizado para o plano já foi colocado alguns dados, a APA tem uma minuta de projeto para ampliar os pontos de análise de água que é realizado pela FEPAM no QUALIÁGUA e incluir agrotóxicos nessas análises. No eixo 01 e eixo 03 do plano também estão contemplada essas análises de qualidade.

Alexandre Krob: O Curicaca propôs uma norma de redução do uso de agrotóxicos e erradicação de alguns princípios ativos mais tóxicos à biodiversidade, mas nas reuniões das CT se entendeu que essas reduções poderiam se dar dentro do eixo de boas práticas, esperamos que na revisão dos 5 anos essa redução seja observada, ou normatizar uma redução mais efetiva para regrar esse uso, temos diversos formas de realizar esses controles e o monitoramento das pulverizações aéreas seria uma delas.

Jorge Dutra: Informa que os produtores usam defensivos agrícolas e que todos são utilizados com receituário, a preocupação deveria ser com a qualidade da água no baixo Gravataí, pois a água que passa por santo Antônio e Glorinha é de ótima qualidade.

Rafael Erling: Lembra novamente para se atentarem à norma que está sendo discutida e que não sejam abordados outros pontos.

Marino Cestari: Estamos a dois anos realizando o monitoramento das águas que saem da propriedade com a empresa Ecofield e entregando essas análises a FEPAM e como disse o Jorge a nossa água é muito melhor quando sai do que quando entra.

Priscila Rosa: Esclarece que não levantou bandeira de agroecologia apenas questionou se teria uma análise da água.

Marcelo Rosa: Entende a preocupação de todos, mas reforça que o uso dos defensivos são sempre usados com receituário de um profissional e o que se pode discutir sim dentro das CT como boas práticas de uso é a diminuição desses defensivos sem problema algum.

Rafael Erling: Sem mais contribuições e questionamentos sobre a norma da aviação agrícola, passamos para a próxima norma Cecília.

Cecília Nin: Referente a proposta da Norma 09 temos duas propostas: a elaborada pela SEMA e Curicaca e a proposta do setor produtivo. A diferença entre as duas propostas é que o setor produtivo sugere que a comunicação ao órgão gestor deve ser feita pelo órgão fiscalizador.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 9

Proposta SEMA/Curicaca	Proposta Setor Produtivo
Em casos de atividades produtivas e obras provocarem danos/degradação aos alvos de conservação e recursos e valores fundamentais da APA do Banhado Grande, o órgão gestor deverá ser comunicado prontamente, e o dano deve ser cessado e a área recuperada, quando for o caso.	Em casos de obras e atividades produtivas violarem as diretrizes do plano de manejoe afetarem significativamente os alvos de conservação e recursos e valores fundamentaisda APABG, o órgão gestor deverá ser comunicado pelo órgão fiscalizador que verificar o ocorrido, devendo o dano ser cessado, mitigado ou compensado, quando for o caso.
Deve haver uma gestão e uso responsável e sustentável dos alvos e recursos fundamentais, portanto, em casos de haver algum fator negativo que os comprometa, é fundamental que haja uma pronta comunicação dos fatos à gestão da APABG, que poderá, inclusive, orientar/apoioar para a imediata cessação do dano/degração e/ou recuperação da área impactada.	

DEGRADAÇÃO/DANO - Fator negativo que comprometa a integridade e manutenção do alvo de conservação e recursos/valores fundamentais.

Juliana Pretto: Proposição de que a comunicação seja feita pelo órgão fiscalizador, além de incluir as questões de recuperação e não somente de mitigação. Temos um ajuste na redação em relação a alteração do termo impacto que foi alterado para dano e degradação.

Cecília Nin: Esclarece aos demais conselheiros que foi acordado dentro do CT que iria se alterar o termo impacto para danos e degradação em todas as redações.

Cecília Nin: Apresenta a norma 10 com suas duas propostas, SEMA e setor produtivo, Curicaca retirou sua proposta de redação.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 10

Proposta Original (SEMA)	Proposta Setor Produtivo	Proposta Curicaca
Os empreendimentos/propriedade deverão utilizar alternativas para reaproveitamento da água, sempre que possível, de forma a garantir os usos múltiplos da água	Os empreendimentos/propriedades serão incentivados a utilizar alternativas para reaproveitamento da água sempre que possível, de forma a garantir os usos múltiplos da água	Os empreendimentos/propriedades serão incentivados a utilizar alternativas para reaproveitamento da água sempre que possível, de forma a garantir os usos múltiplos da água, especificamente aos processos agrossilvipastoris, conforme o Plano de Boas Práticas (Eixo 3) quando da sua aprovação pelo Conselho Gestor
A quantidade e qualidade da água é um dos alvos de conservação, o reuso da água traz benefícios para a quantidade da água, pois diminui a necessidade de captação superficial, e benefícios para a qualidade da água pois, nos casos de alguns sistemas de plantio de arroz, a água turva da drenagem das lavouras fica num circuito fechado por mais tempo.	*A quantidade e qualidade da água é um dos alvos de conservação da APABG e, portanto, o reuso ou reaproveitamento desta deverá ser incentivado através de Programas de Boas Práticas, assim como outras formas de fomento e, quando possível, poderá ser adotada, ressalvadas as características inerentes à cada empreendimento/propriedade inserida no polígono da unidade de conservação*	*Como essa atividade não teve consenso e a nossa proposta foi feita com fins de tentar compatibilizar a proposta do setor produtivo com a proposta da Sema/RS, estamos retirando a nossa proposta. Isso facilitará a análise no conselho e caso seja necessário para facilitar o processo de escolha por votação, , podemos disponibilizá-la novamente em plenária se houver demanda.*

Marino Cestari: Pergunta qual o incentivo os empreendimentos e propriedades receberão.

Marcelo Rosa: Esclarece que na proposta da SEMA os empreendimentos e propriedades deverão utilizar e na propostas do setor produtivos esses empreendimentos e propriedades serão incentivados a utilizar alternativas de reaproveitamento de água. E serão incentivados nos programas de boas práticas de manejo.

Cecília Nin: Na norma 11 a SEMA retirou sua proposta, ficando assim duas propostas: a do setor produtivo e a proposta de norma apresentada pelo Curicaca. Os proponentes podem fazer suas defensas.

NORMAS GERAIS – TODAS AS ZONAS

NORMA 11

Proposta Original (SEMA)	Proposta Setor Produtivo	Proposta Curicaca
Deverão ser propostos e executados projetos de recuperação de áreas degradadas em APPs de nascentes, cursos d'água naturais e banhados	Deverão ser propostos e executados projetos de regularização de áreas degradadasem APPs de nascentes, cursos d'água naturais e banhados, os quais ocorrerão conforme as previsões do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e outros instrumentos previstos na lei 12.651/2012, respeitando-se as áreas consolidadas	O órgão ambiental estadual deverá implementar a recuperação de áreas degradadas em APPs através da priorização da execução do CAR e seus instrumentos em todas as zonas da APA.
Sendo a água e os banhados alvos e recursos fundamentais da APABG, é fundamental que a haja um esforço, por parte dos proprietários, que são os responsáveis pelos imóveis rurais/urbanos que possuem áreas degradadas, a promoção da sua recuperação, através dos instrumentos disponíveis.	*A Lei Federal nº 12.651/2012, a qual estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar os Programas de Regularização Ambiental de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las à legislação ambiental em relação às disposições transitórias da mesma lei. Dessa forma, a contraproposta fundamenta-se na legislação incidente quando da necessidade de regularização de Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Uso Restrito.*	⇒

Marcelo Rosa: O setor produtivo defende que já existe legislação para essas áreas e se busca esse alinhamento com a legislação.

Alexandre Krob: O curicaca busca principalmente que a SEMA priorize a implantação do CAR dentro da APA.

Cecília Nin: O próximo ponto são as zonas de Produção. Na Norma 01 temos duas propostas: uma da SEMA e uma do setor produtivo. A sema defende que essa norma deve ser mantida.

NORMAS PARA AS ZONAS DE PRODUÇÃO

NORMA 1

Proposta SEMA	Proposta Setor Produtivo
Atividades produtivas não devem gerar degradação/dano nos alvos de conservação e recursos/valores fundamentais presentes na zona.	Atividades produtivas deverão compatibilizar suas atividades com os alvos de conservação e recursos/valores fundamentais presentes na zona.
Defende-se a norma por entender que nenhum alvo ou recurso pode ser comprometido. O alvo de conservação mais presente e que aparece de forma difusa nessas zonas é a água, que através de cursos d'água, nascentes e suas respectivas APPs dão sentido à "qualidade e quantidade dessa água".	*O SNUC estabelece que as unidades de conservação da categoria de uso sustentável tenham como objetivo a compatibilização de conservação com uso dos recursos pelas atividades produtivas, conforme o Art. 7º, §2º: "O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais." Por se tratar de zona com presença de atividades produtivas, buscou-se adequar os termos da Norma com o estabelecido pelo SNUC de forma a avaliar a compatibilidade dessas atividades com os alvos de proteção. A Norma proposta pela equipe SEMA adota a avaliação do dano/degradação que, na nossa visão, trata de forma inversa ao estipulado pela SNUC. Neste contexto, deixa-se de avaliar quais aspectos ambientais são compatíveis com a conservação dos alvos de proteção. Inviabilizar atividades de forma a impedir até mesmo manejos pode acarretar na impossibilidade de manutenção de serviços essenciais, como tubulações de água, esgoto, bem como atividades de subsistência de moradores da APABG, motivos pelos quais se sugere adotar a redação que não torna inviável, mas regra a necessidade de as atividades coexistirem de forma compatível com os alvos e garantindo sua conservação.*

Tiago Pereira: O setor produtivo entende que já existem normas, principalmente no SNUC que falam dessa compatibilidade de produção com os ambientes a serem conservados. Entenderem que a norma deveria trazer uma proposta de adequação das atividades produtivas com os alvos de conservação.

Alexandre Krob: É importante sair da subjetividade e trazer uma definição clara para o plano que está se elaborando e deixar claro que a compatibilização da atividade produtiva não deve causar dano aos alvos de conservação.

Cecília Nin: Na norma 2 temos um consenso entre a proposta original da SEMA e a proposta trazida pelo setor produtivo, houve consenso vinculado ao eixo 3, das boas práticas, pois na CT entendemos que o uso de agrotóxicos e cultivo de espécies exóticas invasoras deveriam ser tratadas no plano específico, porém o plano específico ainda tem pendencias de acordos

NORMAS PARA AS ZONAS DE PRODUÇÃO

NORMA 2

Proposta Original SEMA	Proposta Setor CONSENSO/Setor Produtivo	Vinculação
São permitidas atividades agrossilvopastoris desde que através da adoção das boas práticas de manejo (Diretrizes Eixo 3) principalmente em relação ao uso de agroquímicos e espécies exóticas invasoras	As atividades agrossilvopastoris, de acordo com as suas características, deverão se adaptar ao Plano de Boas Práticas (Eixo 3) quando da sua aprovação no Conselho Gestor	Diretrizes do Plano de Boas Práticas Agrossilvipastoris, com especial atenção ao tema dos agrotóxicos, das exóticas invasoras e pecuária na zona de uso restrito

Considerações Setor Produtivo

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

PLANEJAMENTO
- EIXOS DE GESTÃO -

- EIXO 3: Incentivo a Boas Práticas Produtivas

Proposta Setor Produtivo: revisão dos textos destacados em vermelho, buscando a construção de boas práticas que busquem orientar a realização de atividades sem o caráter restritivo

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTOS ESPECÍFICOS	
PLANO	**ESCOPO**
PLANO DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS	Elaborar Cadernos com diretrizes técnicas temáticas para da adoção de boas práticas de manejo agropecuário. Temas essenciais: Plano de redução do uso de agrotóxico e dos princípios ativos com maior toxicidade ambiental; Gestão do Uso da Água (Quantidade e Qualidade); Criação de buffer de proteção dos alvos de conservação e seus recursos fundamentais, bem como dos cultivos orgânicos; Manejo e Controle de espécoes invasoras.

Marcelo Rosa: Entendemos ser sim necessário e importante trabalharmos todos esses pontos de boas práticas produtivas, mas nos preocupa a parte que fala em redução do uso de agrotóxicos e diminuição de princípios ativos porque trabalhamos com defensivos receitados por profissionais habilitados para isso.

Marino Cestari: Entendo que os produtores devem ter a livre opção de plantar ou não orgânicos, alguns tem aptidão para orgânicos e outros não.

Alexandre Krob: Esclarece 2 pontos: 1- quando se fala em redução não estamos dizendo para desrespeitar um receituário, 2- diz respeito ao que o setor chama de pragas e seus combates, temos hoje diversas maneiras de combater essas pragas e o agrônomo deverá ter em seu receituário um leque de opções que atenda a um menor impacto na biodiversidade local. Por isso que precisamos deixar claro e entender se as boas práticas produtivas irão respeitar essas redução ou se não precisamos colocar as normas restritivas como foram colocadas no início e discutidas nas reuniões da CT.

Mauricio Barcellos: Manifesta a sua preocupação na questão de restringir o uso de determinados produtos podendo isso levar a inviabilidade da produção. Nos cultivos buscasse sempre usar cada vez menos de forma mais eficiente os defensivos, mesmo porque custa caro.

Jorge Dutra: Todo o setor vem recebendo orientações de boas práticas produtivas do IRGA e de outros, a conscientização dos produtores já está sendo feita, ninguém quer rasgar dinheiro, mas o que não podemos é colocar normas impositivas nas propriedades.

Letícia Rolim: Esclarece que em alguns momentos, alguns conselheiros que são produtores, pegam para si as observações. O plano está sendo construído para toda a APA, com toda a diversidade de produção e produtores, e entendemos que os problemas que estamos tentando resolver aqui, muitas vezes vocês não tem, porém precisamos contemplar todos os problemas que existem nos 4 municípios que compõe a UC. Ninguém aqui pretende impor um tipo ou outro de produção para qualquer propriedade, por isso peço que os produtores presentes no conselho não pessoalizarem os apontamentos que fazemos. Reforço que temos diversos tipos de propriedade e cada uma com suas características e problemas que muitas vezes vocês não tem conhecimento.

Marino Cestari: Entendo a fala da Letícia, mas nossa reclamação é sobre as falas do Sr Alexandre que sempre são para restringir o uso da propriedade.

Alexandre Krob: Eu poderia também dizer que o setor produtivo sempre que se manifesta o faz com o intuito de fomentar a degradação ambiental. Nós estamos trazendo contribuições técnicas e encontramos somente opiniões pessoais e sempre sem embasamento nenhum, mas sempre defendendo interesses particulares, volto a lembrar que o que estamos defendendo são boas práticas produtivas que busquem proteger as áreas de conservação da UC.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

Tânia Peixoto: Comenta que no dia 14, dia da próxima reunião, é o dia que a APnVG irá comemorar seus 42 anos e faz uma fala sobre a sua criação e a luta da associação para a construção do Plano da APABG.

Juliana Pretto: Informa que de forma alguma o SINDIENERGIA se opõem a conservação dos alvos e da biodiversidade ambiental da APA, nossas propostas sempre são na linha de compatibilizar a redação do plano com as legislações vigentes para não gerar inseguranças jurídicas posteriores.

Rafael Erling: Como já extrapolam o tempo da reunião passo a palavra para Letícia dar o encaminhamento final da reunião.

Letícia Rolim: Eu iria sugerir continuarmos a reunião, mas acho que não acabaremos os 22 slides em 20 minutos, então temos duas opções: terminar os 22 slides no dia 14 antes da reunião de deliberação, ou realizar uma nova reunião antes do dia 14 para terminar os 22 slides, em uma data a definir agora. Temos uma terceira opção: fazer a reunião no dia 14 para terminarmos os 22 slides e postergar a reunião de deliberação para no máximo até o dia 16, pois temos os prazos dentro da SEMA.

Cecília Nin: Gostaria de informar que agora todos os conselheiros já receberam o link do drive com as contribuições que vieram, e se tiverem algum problema de acesso ou dúvidas, me chamem, outro ponto são os encaminhamentos dos ajustes, peço que sejam encaminhados até quinta-feira e proponho que a equipe fique a disposição, principalmente do setor produtivo, para tirar dúvidas sobre os corredores ecológicos.

Letícia Rolim: Volta a reforçar que são apenas ajustes, pois não há mais tempo para apresentação de novas propostas. Coloca em votação as opções para a data da próxima reunião. Lembra que é um voto por entidade e somente os representantes das entidades podem votar, conselheiro titular ou vice.

Votação da opção 01: 05 conselheiros gostariam de continuar a reunião essa semana e continuar a apresentação dos 22 slides.

Votação da opção 02: 09 conselheiros gostariam de continuar a apresentação dos 22 slides faltantes na reunião do dia 14 de junho antes da votação de deliberação.

Votação da opção 03: 01 conselheiro se absteve de votação.

Fica definido por votação a opção 02, faremos a apresentação dos 22 slides restantes antes da reunião de deliberação. Lembra também que a reunião da próxima segunda não tem hora para acabar pois precisamos votar todos os itens do plano no dia 14 de junho.

Jan Karel: Sugere que se deixe marcado uma data na próxima semana para uma eventual necessidade de não se terminar a votação na segunda feira dia 14.

Luis Alex: Pergunta se na próxima reunião será apenas feita a discussão ou se a discussão mais a votação.

Letícia Rolim: Informa que será feita a discussão dos 22 slides que faltaram mais a votação das normas, mas estamos pensando em deixarmos uma data pré agendada para uma eventual necessidade.

Luis Alex: Entende que seria importante essa possibilidade de nova reunião, pois hoje já apareceram novas propostas e interessante que se possa analisar elas antes de votar.

Daniela Cardeal: Pergunta se há possibilidade de uma reunião essa semana para discutir a questão do Cervo ou ficará a cargo de cada entidade fazer essa discussão interna. Outra dúvida é até que data poderão ser enviadas as contribuições e quando elas serão compartilhadas com os outros conselheiros.

Letícia Rolim: Até quinta-feira podem ser encaminhadas contribuições, lembrando que são contribuição para as propostas já apresentadas e não novas propostas então pensem em contribuições significativas. Sobre os corredores dos cervos a Cecília colocou novamente no grupo o link do drive onde tem todos os materiais para vocês analisarem e poderem tirar suas dúvidas com a equipe, acredito que as datas agora estão um pouco apertadas.

Cecília Nin: Se dispõe a organizar uma reunião, sugere na quarta para tirar alguma dúvida de algum conselheiro, mas a reunião seria específica para dúvidas sobre os corredores.

Letícia Rolim: Que fique claro que não é reunião de CT é uma reunião que será marcada no grupo de whatsApp do conselho e é para qualquer um dos conselheiros/entidades que tenha dúvida e queira perguntar.

Cláudia Sadovski: Questiona se a entidade terá retorno sobre os questionamentos feitos na sexta-feira.

Leticia Rolim: A equipe se manifesta por retornar os questionamentos.

Cláudia Sadovski: Questiona sobre a data que será retomado os questionamentos.

Letícia Rolim: informa que o mais breve possível, não podemos lhe dar uma data e hora, pois a equipe é reduzida e acumulou todas as demandas agora no final.

Roberta Teixeira: Lembra que não temos mais espaços para prorrogar prazos e a votação deve obrigatoriamente ser finalizada na segunda-feira sem hora para encerrar a reunião. Caso não seja respeitado o prazo de entrega do plano para tramitação na SEMA, o MP já analisa as medidas cabíveis para serem tomadas quanto a quebra do acordo feito. Reforça que todos devem reservar a data para essa votação sem prazo de término da reunião e sugere que a reunião inicie às 13h.

Leticia Rolim: A convocação para a assembleia extraordinária do conselho será encaminhada ainda hoje, a reunião será na segunda-feira, 14 de junho, às 13h.

Alexandre Krob: Reforça que seja colocado na convocação e que esteja bem claro que a reunião seguirá até o fim da pauta e não até um horário pré definido. O Curicaca reforça a fala da promotora Roberta, todos os prazos já foram esgotados e a votação deve ocorrer na segunda-feira.

Priscila Kiscporski: Sugere uma reunião em dois turnos.

Leticia Rolim: Entende que é complicado, mas solicita que os conselheiros se manifestem no chat agora e se a grande maioria estiver de acordo realizamos em dois turnos.

Encerro esse encontro do dia 07 de junho de 2021 deixando a assembleia aberta para ser finalizada na segunda-feira. A CT também se encerra hoje. Agradecemos a participação de todos nas reuniões, caso seja necessário convocaremos uma nova CT para eventuais debates.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e cinco minutos, reuniram-se no ambiente virtual *Microsoft Teams*, os membros do Conselho Gestor da APA do Banhado Grande presentes para finalizar a Assembleia Ordinária aberta em 07 de junho de 2021.

Lista de Presença

Letícia Rolim Vianna	APA do Banhado Grande – SEMA
Priscilla da Silva Kiscporski	Prefeitura de Glorinha
Rafael Sittoni Goelzer	ACIVI - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Viamão
Suélen Andrade Kaltbach	Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha
Paula Paiva Hofmeister	Convidada
Roberta Ferreira Soares	FEPAM
Marcelo Camardelli Rosa	FARSUL
Ricardo Aranha	Divisão de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient. – SEMA
Paulo Heerdt Júnior	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Jan Karel Felix Mahler Junior	Divisão de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient. – SEMA
Marthin Zang	Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé – AAFISE
Tiago José Pereira Neto	FIERGS
Teresinha Guerra	UFRGS

Daniela Cardeal	SINDIENERGIA
Gabriel Timm Müller	Depart. Rec. Hídricos e Saneamento - DRHS/SEMA
Valeska Almeida Marquette	Prefeitura de Gravataí
Roberta Teixeira	Promotoria de Justiça do RS
Cecília Nin	APA do Banhado Grande – SEMA
Paola Stumpf	Divisão de Unidades de Conservação – SEMA
Sergio Cardoso	Comitê Gravataí
Claudia Sadovski	FIERGS
Arnildo Hasper	ACAMPA
Tânia Peixoto	APNVG
José Joaquim Rodrigues	LBV
Priscila Rosa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha – STRSAP
Fúlvia Renan Ferreira Jorge	FIERGS
Laci Schiar	Prefeitura de Viamão
Lucídio Goelzer	Quinta da Estância
Manoel Valin	Sindicato Rural de Gravataí e Glorinha
Jorge Dutra	Convidado
Eduardo Ubel Oslaj	SEAPDR
Rafael Erling	DUC/SEMA – Moderador
Mauricio Barcellos	Convidado
Alexandre Krob	Instituto Curicaca
Domingos Lopes	FARSUL
Andreas Kindel	Instituto Curicaca
Juliana Pretto	SINDIENERGIA
Vanessa Sperotto	EMATER
Fernando Justo	FIERGS
Luis Alex Dias Pinto	LBV
Paulo José Silveira Correa	Convidado
Luisa Lokschin	Convidada
Eleandra Raquel da Silva Koch	Convidada
Rafael Souza	CORSAN
Manoel Adam	Convidado
Jordana Gomes	Convidada
Sindicato Rural de Viamão	Convidado

Letícia Rolim: Dá continuidade à 59ª Assembleia Ordinária, que ficou em aberto por não ter sido vencida a pauta, solicitando que os conselheiros deliberem a respeito da dinâmica a ser usada. No final do trabalho de 7 de junho ficou acordado que os conselheiros encaminhassem previamente as pautas relativas aos 22 slides faltantes que tinham dúvidas e que gostariam de ouvir as defesas, para que se apresentasse

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

apenas essas. Nenhum apontamento quanto aos slides faltantes foi encaminhado previamente. As propostas para votação são:

Opção 1 – Seguir com a mesma metodologia, passando os 22 slides faltantes e abrindo para justificativa e defesa.

Opção 2 – Mudar a metodologia e encerrar a 59ª assembleia ordinária, iniciando a Assembleia Extraordinária com a votação das pautas, haja vista que não foi encaminhada previamente nenhuma dúvida quanto as propostas não apresentadas em 7 de junho.

Opção 3 – Apresentar apenas os slides com as pautas que os conselheiros apontarem dúvidas agora, na continuação da assembleia.

Deliberação: 25 Instituições votantes

Opção 1 – 11 votos

Opção 2 – 12 votos

Opção 3 – 1 votos

Abstenções – 1 voto

Venceu por maioria de votos a opção 2 - Mudar a metodologia e encerrar a 59ª assembleia ordinária, iniciando a Assembleia Extraordinária com a votação das pautas, haja vista que não foi encaminhada previamente nenhuma dúvida quanto as propostas não apresentadas em 7 de junho.

Paola Stumpf: Diz que na reunião de 8 de junho, para tirar dúvidas a respeito do corredor do cervo, ficou acordado que até o dia 10, poderia ser encaminhadas manifestações quanto a dúvidas e esclarecimentos quanto as pautas a serem deliberadas e ajustes dos destaques. No dia 10 de junho o setor produtivo encaminhou propostas para os eixos de planejamento do corredor do cervo-do-pantanal e alguns ajustes nas normas conforme circulado em vermelho na figura a baixo. O material enviado aos conselheiros continha as contribuições encaminhadas pelo setor produtivo para conhecimento, porém, o Instituto Curicaca se manifestou via e-mail quanto a inserção dessa contribuição.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778

Roteiro Deliberações reunião Extraordinária 14/06/2021

PAUTA 4 Definição quanto à estratégia em relação ao cervo-do-pantanal a ser adotada no Plano de Manejo

Proposta 1 (Inst Curicaca)	Proposta 2 (SEMA e Inst. Curicaca)	Proposta 3 (Setor Produtivo)
Inclusão do corredor ecológico do cervo-do-pantanal, como **Zona de Conectividade**, de acordo com o método de planejamento por condição desejada, sobreposta a todas as zonas, com exceção da Zona de Uso Restrito, Zona de Adequação Ambiental e Zona de Sobreposição Territorial. **Com as Normas** a) Somente serão permitidos usos nas áreas dentro do Corredor do Cervo-do-Pantanal/Zona compatíveis com a conservação da espécie; b) Devem ser priorizadas a adoção de boas práticas nas produções agropecuárias para formas menos impactantes para os alvos de conservação, o controle sanitário do gado, o cadastro e manejo de cães domésticos e seus tutores, a revisão e ajustes no CAR, a recuperação pontual e estratégica de banhados para serem trampolins, o controle à caça e condução de equipamentos de caça, e a evitação locacional de empreendimentos que impliquem em barreiras ao fluxo físico e gênico do cervo-do-pantanal	Criação do **Corredor Ecológico do Cervo-do-Pantanal** sobreposto às demais zonas, com diretrizes e priorizações de ações dentro de um planejamento estratégico **Com a Norma** a) Para a funcionalidade do corredor do cervo-do-pantanal devem ser respeitadas as orientações contidas no capítulo XX "Corredor do Cervo do Pantanal". **Com as Diretrizes** a) A gestão do corredor do cervo-do-pantanal será realizada por meio de uma articulação entre a APABG e o RVSBP, envolvendo seus respectivos Conselhos Gestores e convidando outros arranjos institucionais específicos com atuação no território visando a conservação da espécie; b) Serão utilizados os subsídios técnicos do PROCERVO [1] e suas atualizações previstas no Eixo 1 do Planejamento – Conservação e Recuperação de Áreas Úmidas -, bem como o PAN Cervídeos [2] e outras fontes técnico-científicas E LEGAIS atuais sobre a espécie e sua população no âmbito do Rio Grande do Sul, nacional e global; c) Adoção de boas práticas nas produções agropecuárias para formas menos impactantes à espécie; d) Controle sanitário do gado; e) Cadastro e manejo dos cães domésticos e seus tutores; f) Recuperação de banhados para exercer função de trampolins, conforme Plano de Recuperação de Áreas Úmidas (Eixo 1); g) Controle da caça; h) Evitação locacional de empreendimentos que impliquem em barreiras para a espécie.	Criação de um **Capítulo do Cervo-do-Pantanal** com diretrizes, priorizações de ações e esforço em estudos para delimitação de um Corredor. **Com as Diretrizes** a) Levantamento de possíveis traçados para implantação de um Corredor para o Cervo do Pantanal, a ser construído com apoio do Conselho Gestor, tendo como ponto de partida documentos bibliográficos referente a estudos já existentes sobre a espécie e aplicação de tecnologia atualizada para a delimitação geográfica de interesse, bem como demais mecanismos e consultas que se apresentem viáveis para o pretendido; b) Levantamento e embasamento referente a possíveis barreiras para a espécie; c) Gestão do corredor do Cervo-do-Pantanal a ser realizada por meio de articulação entre a APABG e o RVSBP, a partir da implantação do corredor; d) Adoção de boas práticas agrossilvipastoris de acordo com o estabelecido no Eixo de Gestão 3; e) Manutenção e fortalecimento dos programas de castração de cães domésticos e programa de conscientização dos tutores; f) Fortalecimento das linhas de ações estabelecidas no Eixo Temático 1; g) Controle das atividades de caça.

No entendimento da equipe técnica, o período entre o dia 7 e 10 de junho, estavam sendo tratados ajustes nas pautas propostas, o que o setor produtivo encaminhou foi uma terceira proposta que altera a estrutura de ação que já está definida a bastante tempo. Existe uma série de motivos para não se iniciar do zero a construção de um novo corredor, já que existe um documento técnico que traz um desenho que, conforme proposta da equipe técnica para esse tema, já prevê avaliação e ajustes do mesmo. Sendo assim, há necessidade de deliberação quanto a permanência dessa terceira proposta encaminhada no dia 10 de junho na deliberação dessa pauta.

Claudia Sadovski: defende a contribuição como ajuste, e diz que o setor produtivo é a favor do capítulo que trata do cervo-do-pantanal e corredor, porém propõe que o corredor seja construído usando a base de estudos que já existem, pois entende que podem haver sérias implicações por estar sobreposto a açudes, residências. Também diz que não foram definidas quais são as barreiras para o cervo dentro da APABG.

Rafael Erling: Explica que não é o momento de justificar ou defender, e sim deliberar sobre o acolhimento da nova proposta na votação da próxima assembleia ou a exclusão da mesma, que foi a regra estabelecida.

Alexandre Krob: Fala sobre a manifestação da entidade que representa. Houve um acordo/regramento e neles foram definidos prazos para as manifestações, discorda da Paola e retifica dizendo que não estava definido prazo para inclusão de ajustes depois do dia 4 de junho, e sim de esclarecimentos, caso

houvesse necessidade, para evitar a enorme demanda de tempo para cada pauta que era debatida. Entende que o encaminhamento é sobre aceitar ou não uma proposta fora do prazo estabelecido.

Juliana Pretto: Diz que não foram encaminhadas manifestações fora do prazo. Até o dia 4 de junho foram encaminhadas as propostas, e após foram encaminhadas considerações, pedidos de esclarecimento e manifestação da necessidade de discutir o assunto. Na assembleia do dia 7 de junho, ficou claro a existência de dúvidas de diversos conselheiros e por isso foi compartilhado o material com todos e marcada uma reunião para o dia 8 de junho para tratar exclusivamente do cervo com a possibilidade de encaminhamento de manifestações até o dia 10, entenderam que a partir do momento que se reconheceu a necessidade de maiores discussões e foram feitas, essas manifestações com prazo até o dia 10 poderiam incluir propostas mais específicas.

Letícia Rolim: Inicia o processo de deliberação solicitando que se utilize o chat para a votação colocando o nome do conselheiro, a entidade que representa e a opção escolhida. Informa as opções:

Opção 1 – Acolher a proposta encaminhada no dia 10 de junho.

Opção 2 – Excluir a proposta encaminhada no dia 10 do junho e considerar apenas as propostas 1 e 2.

Deliberação: 27 Instituições votantes

Opção 1 – 12 votos

Opção 2 – 15 votos

Abstenções – 00 votos

Venceu por maioria de votos a opção 2 - Excluir a proposta encaminhada no dia 10 do junho e considerar apenas as propostas 1 e 2.

Letícia Rolim: Encerra a 59ª Assembleia Ordinária do Conselho Consultivo da APA do Banhado Grande às 14:00 do dia 14 de junho de 2021.

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada da Taquara 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 34871778